

África Austral: o diálogo

O INEVITÁVEL aconteceu. Na terça-feira, na Suazilândia, ministros da República Popular de Moçambique e da República da África do Sul iniciaram conversações oficiais. E o facto constitui um dos marcos mais significativos da cronologia contemporânea da África Austral, quaisquer que tenham sido os resultados práticos então alcançados.

Ao aceitarem sentar-se frente a frente, os governos de Maputo e de Pretória demonstraram que o diálogo é possível, independentemente do contencioso que separa os dois países e das diferenças políticas e sociais entre os respectivos regimes.

Tanto quanto se sabe, foram múltiplas as diligências diplomáticas secretamente, feitas que conduziram os ministros moçambicano e sul-africano à pequena cidade suazi onde se efectuou aquele primeiro encontro oficial. Mas se tais esforços merecem ser louvados, eles nada teriam conseguido se não houvesse vontade dialogante da parte de Moçambique e da África do Sul.

E, neste aspecto, tem de dar-se relevo especial a Samora Machel que assim se afirma, uma vez mais, como consciente homem de Estado e não mera figura do «folclore» a que muitos persistem ainda em reduzir a realidade política africana.

«Os vizinhos não se escolhem» — disse o Presidente moçambicano, a propósito das conversações agora encetadas e que considerou «essenciais para encontrar um 'modus vivendi' com a África do Sul».

Não é difícil chegar a esta conclusão. Difícil será reconhecê-la e aceitá-la com todas as suas implicações.

Algo que Pieter Botha também já fez — o que é igualmente digno de referência.

Evidentemente que não se podem esperar resultados espectaculares destes primeiros contactos. O facto de um dia inteiro de conversações ter terminado sem qualquer comunicado final não significa necessariamente que o encontro foi infrutífero, antes pode traduzir a vontade das duas partes de prosseguirem o diálogo, e de o manterem ao abrigo de reacções extemporâneas ou comentários precipitados.

O fosso que separa Moçambique e a África do Sul é muito grande. Se Pretória pode acusar Maputo de dar abrigo aos guerrilheiros do Conselho Nacional Africano, os dirigentes moçambicanos têm a apontar as múltiplas agressões militares sul-africanas, com perdas de vidas e elevados danos materiais, e o apoio directo — e a todos os níveis — dado pelo Governo de Botha à «Resistência Nacional de Moçambique».

Que, no entanto, os dois países tenham decidido dar o primeiro passo para colmatar ou pelo menos diminuir esse fosso, eis o que é já um resultado positivo.

Certamente que, como declarou Machel, a África do Sul sabe não poder exigir de Moçambique a aprovação do «apartheid» e dos pseudo-independentes barbutos, nem o termo do apoio ao CNA.

Tal como Moçambique sabe que não pode pretender que o regime minoritário branco de Pretória ponha termo ao racismo e entregue de livre vontade o Poder à maioria negra.

Mas o que ambos, de imediato, se pedem um ao outro, para benefício mútuo, é apenas o termo do estado de guerra que na prática vigora entre eles.

Aparentemente, é Moçambique quem mais precisa de paz para ultrapassar as suas dificuldades económicas, ao passo que a África do Sul parece nadar num inesgotável mar de prosperidade.

No entanto, o tempo corre contra o regime sul-africano. Ele terá de retirar da Namíbia, fazer a paz com Angola e viver depois ao lado de mais um país negro independente.

Está demonstrado que a guerra não evitará a concretização desses acontecimentos — porque todo o poderio militar da África do Sul ainda não conseguiu fazer vergar Luanda nem silenciar os nacionalistas namibianos e as vozes que, no estrangeiro, os apoiam.

Pelo contrário, as agressões de Pretória apenas agravarão o preço a pagar por aquelas alterações inevitáveis.

Donde que, para minorá-lo, resta o diálogo. Inevitável também, mais cedo ou mais tarde. Diálogo de que o encontro desta semana na Suazilândia pode bem ter sido o primeiro passo.

Na verdade, os países (como os homens) não escolhem os seus vizinhos. Têm de aprender a viver com eles.